

AO EXPEDIENTE DO DIA
13 de 06 de 17



ESTADO DA PARAÍBA

Certifico, para os devidos fins, que este
DOCUMENTO foi publicado no D O E

Nesta Data 07/06/2017

Cera Jucila Sá
Serência Executiva de Registro de Atos
legislação da Casa Civil do Governador

VETO TOTAL 151/2017

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por considerar inconstitucional, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 675/2016, de autoria do Deputado Nabor Wanderley, que “Dispõe sobre a prioridade à prevenção da epilepsia e assistências às pessoas epiléticas no Estado da Paraíba e dá outras providências.”

RAZÕES DO VETO

De origem parlamentar, a propositura institui prioridade à prevenção da epilepsia e assistência às pessoas epiléticas.

Não obstante o mérito do projeto de lei, o múnus de gestor público me impele ao veto, em virtude da inconstitucionalidade ocasionada pelo vício de iniciativa.

Nos termos do sistema constitucional vigente, as ações e os serviços públicos de saúde prestados pelo Poder Público integram uma rede regionalizada e hierarquizada e compõem um sistema único (SUS), com direção única em cada esfera do governo, atendimento integral e participação da comunidade (art. 198 da Constituição Federal).



ESTADO DA PARAÍBA



O gerenciamento desse sistema pressupõe, portanto, que a atuação dos entes políticos envolvidos seja harmônica, devendo a legislação proveniente das diversas esferas de competência obedecer às diretrizes e regras básicas do SUS, de sorte a impedir a fragmentação de normas de ação, com o consequente comprometimento da unicidade determinada pela Constituição.

Observe-se, ainda, a impropriedade técnica da propositura quanto à regra que determina proceder prioritariamente à prevenção da epilepsia. Em verdade, a prevenção da epilepsia se dá em relação às gestantes, o que não ficou claro no projeto de lei.

Além disso, o projeto de lei confere atribuições à Secretária de Saúde. Contudo, cabe privativamente ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública, art. 63, § 1º, II, alínea “e” da Constituição Estadual, vejamos:

“Art. 63. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§1º São de iniciativa privativa do Governador do estado as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

(...)

e) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.” (grifo nosso)



ESTADO DA PARAÍBA



Assim, incumbe ao Governador deflagrar o processo legislativo relacionado com a elaboração de normas que disponham sobre atribuições de secretarias e órgãos da administração pública.

(STF-0088631) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÕES E ESTABELECE OBRIGAÇÃO A ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Acórdão recorrido que se encontra em sintonia com a jurisprudência desta Corte **no sentido de que padece de inconstitucionalidade formal a lei de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições ou estabeleça obrigações a órgãos públicos, matéria da competência privativa do Chefe do Poder Executivo.** 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (Ag. Reg. no Recurso Extraordinário nº 653041/MG, 1ª Turma do STF, Rel. Edson Fachin. j. 28.06.2016, unânime, DJe 09.08.2016). GRIFAMOS.

(STF-0096175) DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. PRECEDENTES. 1. A **jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de ser inconstitucional Lei de Iniciativa do Poder Legislativo que desencadeia aumento de despesas públicas em matéria de iniciativa do chefe do Poder Executivo**, bem como assentou ser de competência do Chefe do Poder Executivo leis que estruturam ou alterem órgãos ou secretarias da Administração Pública. 2. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve fixação de honorários advocatícios. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (Ag. Reg. no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1007409/MT, 1ª Turma do STF, Rel. Roberto Barroso. j. 24.02.2017, unânime, DJe 13.03.2017). GRIFAMOS.



ESTADO DA PARAÍBA



Destaco que eventual sanção de projeto de lei no qual se tenha constatado vício de iniciativa não seria apta a convalidar a inconstitucionalidade, conforme se infere do posicionamento firmado no Supremo Tribunal Federal:

“A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina. Precedentes.” (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007.) No mesmo sentido: ADI 2.305, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 30-6-2011, Plenário, DJE de 5-8-2011; AI 348.800, Rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, julgamento em 5-10-2009, DJE de 20-10-2009; ADI 2.113, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 4-3-2009, Plenário, DJE de 21-8-2009; ADI 1.963-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 18-3-1999, Plenário, DJ de 7-5-1999; ADI 1.070, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 29-3-2001, Plenário, DJ de 25-5-2001.
(Grifo nosso)

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 675/2016, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

João Pessoa, 06 de junho de 2017.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador



Certifico, para os devidos fins, que este
PROJETO DE LEI FOI VETADO
e publicado no D.O.E, nesta data

07 / 06 / 2017

Vera Lucia Sa
Gerência Executiva de Registro de Atos e
Legislação da Casa Civil do Governador

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



AUTÓGRAFO Nº 568/2017
PROJETO DE LEI Nº 675/2016
AUTORIA: DEPUTADO NABOR WANDERLEY

VETO

João Pessoa, 06/06/2017

Dispõe sobre a prioridade à prevenção da epilepsia e
assistência às pessoas epiléticas no Estado da
Paraíba e dá outras providências.

Ricardo Vieira Coutinho
Governador

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos das redes de saúde pública e privada
conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS, incumbidos em proceder,
prioritariamente, à prevenção da epilepsia e à assistência às pessoas epiléticas no
Estado da Paraíba.

Parágrafo único. A prioridade prevista no caput deste artigo será
compatibilizada com as prioridades estabelecidas em atos normativos direcionados a
pessoas portadoras de outras patologias, quanto ao seu atendimento hospitalar.

Art. 2º A pessoa epilética comprovará essa condição mediante
apresentação de documento médico que indique a patologia.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio
Pessoa", João Pessoa, 17 de maio de 2017.

Gervásio Maia
GERVÁSIO MAIA
Presidente

PROTOCOLO DE ENTREGA

VETO TOTAL

Projeto de Lei nº 675/2016, de autoria do Deputado Nabor Wanderley que “dispõe sobre a prioridade à prevenção da epilepsia e assistências às pessoas epiléticas no Estado da Paraíba e dá outras providências.” (04 laudas)

Autógrafo nº 568/2017: 01 lauda

DATA DO RECEBIMENTO: 07 / 06 / 2017;

HORÁRIO: 13h 45

SERVIDORA RESPONSÁVEL:

(☒) Luciana Teixeira de Paiva Paulo Neto Mat. 290.828-0

() Cláudia Dantas Mat. 275.154-2

() Giulliana Camelo Mat. 291.569-3



Luciana Teixeira
Matr. 290.828-0

Assinatura